



## **0 – INTRODUÇÃO**

Preparar um Orçamento e as Grandes Opções do Plano é sempre um exercício complexo, ainda mais quando são feitos numa altura de elevada incerteza no panorama internacional, como aquele que se vive atualmente.

Aquando da preparação dos mesmos documentos no ano anterior, vivia-se um clima de otimismo e de grande expectativa, pois era o primeiro ano após a pandemia, e que por isso, todas as previsões apontavam para um crescimento significativo da nossa economia.

Tal aconteceu durante algum tempo, até ter começado a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, o que fez com que a maioria dos bens de consumo de primeira necessidade aumentassem significativamente.

Paralelamente, as taxas de juros da principais economias mundiais aumentaram, como forma de estagnar a inflação, mas sobrecarregando os agregados familiares e piorando o seu poder de compra.

De acordo com o boletim económico de outubro de 2022 do Banco de Portugal, a economia portuguesa cresce 6,7% até à data, mas os efeitos negativos da invasão da Rússia à Ucrânia foram-se acentuando ao longo do ano, prevendo-se que serão mais nefastos em 2023, antecipando-se uma desaceleração significativa face a 2022, com um efeito de arrastamento que passará de 3,9% para 0,5% de crescimento.

Neste contexto de incerteza, é urgente criar mecanismos de auxílio, através da execução de políticas públicas de apoio aos agregados familiares mais frágeis, bem como a realização de obras públicas como forma de estímulo e dinamização do sector privado.

Assim, pretende-se dotar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano com uma visão enquadrada no contexto atual, sem perder a verdadeira essência e o rumo traçado por este executivo camarário desde 2013, onde em primeiro lugar estão as pessoas e os mais frágeis.

Para 2023, a maior fatia das funções serão sociais, onde o apoio aos mais carenciados, como o Fundo de Emergência Social, o Apoio à Habitação Degradada e a atribuição de bolsas de estudo, são alguns dos programas que se pretende dar especial enfoque, como forma de atenuar os efeitos da inflação nos ribeiragrandenses, sem esquecer a contínua redução da taxa variável do IRS, como forma de poder contemplar mais agregados familiares, com medidas efetivas de apoio financeiro.





Por outro lado, e de forma a se inverter a desaceleração do investimento público, irá ser dado especial enfoque às grandes obras, como a construção da 2ª fase do caminho Maia-Lombinha (cerca de 2 Milhões de Euros), a continuação da Frente Mar (cerca de 4 Milhões de Euros), a segunda fase do campo de jogos de Rabo Peixe (cerca de 500 mil euros), para além de outras em todas as freguesias do concelho.

Na vertente educativa, pretende-se implementar o Plano Municipal de Combate ao Abandono e Absentismo Escolar, através dos projetos extra-curriculares efetuados através do Contrato-Programa com a Cooperativa de Ensino a Ponte Norte.

Outra medida a contemplar em 2023 é o aumento das transferências financeiras para as juntas de freguesia em 15% e um novo modelo de cooperação, que irá incluir a possibilidade de transferência de recursos humanos ao abrigo de contratos interadministrativos.

Para 2023 a prioridade continua a ser a área social, sendo que as funções sociais representam 47,88% e as funções económicas representam 40,36% das Grandes Opções do Plano.

Em relação às despesas correntes, estas representam cerca de 61,393% do total das despesas, onde a maior fatia diz respeito a despesas com pessoal (49,250%), estando prevista a abertura de vagas para o quadro de pessoal, enquanto a aquisição de bens e serviços representa 26,816%. Essa situação deve-se sobretudo às prestações de serviço na área da recolha de resíduos, nos programas de apoio social (fundo de emergência social e habitação degradada), às rendas de habitações sociais do programa PROHABITA e do apoio escolar.

